



**METROPOLIZAÇÃO
e MEGAEVENTOS**



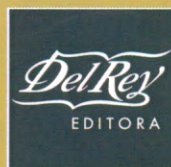
**HÉLIO RODRIGUES DE OLIVEIRA JR.
DANIEL MEDEIROS DE FREITAS
JOÃO BOSCO MOURA TONUCCI FILHO
ORGANIZADORES**

Belo Horizonte

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014



**Observatório
das Metrôpoles**



Observatório das Metrôpoles | Finep



A CIDADE-NEGÓCIO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONTEXTO DA COPA 2014

Denise Morado Nascimento

Resumo

A partir do desvelamento das semelhanças entre as circunstâncias políticas e econômicas que justificaram a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, iremos evidenciar que seus pressupostos são parte da condição cotidiana que também acolhe os megaeventos. Relacionamos a questão habitacional à realização da Copa 2014, no sentido de compreender em que medida os programas ecoam em torno das meganegociações articuladas pelos interesses de grandes empresas e de entidades, como a FIFA. Nosso universo de análise restringe-se à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras chave: Moradia; política habitacional; deficit habitacional

Abstract

From the similarities between the political and economic circumstances that justified the creation of the *Minha Casa Minha Vida* Program, we demonstrate that their assumptions are part of everyday condition that also hosts the mega events. We relate the housing matters to the achievement of the 2014 World Cup, in order to understand the extent to which programs echo around the mega negotiations articulated by the interests of large companies and organizations, including FIFA. Our universe of analysis is restricted to the metropolitan region of Belo Horizonte.

Keywords: Housing; housing policies; housing deficit.

Ponto de Partida

Eu não vejo esses grandes projetos atualmente como exceção; é como se a cidade tivesse febre e quando vêm os grandes eventos a febre sobe um pouco mais. Aí, se aprofunda, o problema se aprofunda, ele fica mais resistente, ele fica mais radical. Mas eu vejo hoje na tragédia, que eu chamo de tragédia urbana, uma condição cotidiana, patológica.

A fala acima da Professora Erminia Maricato, no debate *Copa: Paixão, Negócio e Esporte*, em novembro de 2011, anuncia uma oposição à visão de que os megaeventos, tais como a Copa 2014 e as Olimpíadas de 2016, inserem-se na *cidade-exceção*, conceito explicitado por Carlos Vainer. Em uma rápida definição, mas em nada reducionista, a cidade-exceção, ou ainda cidade-empresa e cidade-negócio, representa a “entrega da cidade para os homens de negócio”, isto é, “os governos concedem aos empresários o poder de dirigir as nossas cidades” (VAINER, 2013). Gerida como empresa, Vainer (2013) explica que a cidade acirra as desigualdades sociais e a segregação urbana na medida em que a população pobre é expulsa para a periferia, destruindo a dimensão pública das cidades.

Inevitavelmente perguntamos se a cidade como empresa não tem sido, ainda que em menor escala, mas em um processo lento e contínuo, pressuposto atrelado às políticas públicas desde o início do século XX. Se confirmado esse pressuposto, a cidade-exceção torna-se, de fato, condição cotidiana de nossos tempos. Para além disso, as políticas habitacionais, hoje representada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), configuram-se como mais um megaevento se incorporado à essa lógica de concessão de poder dado aos empresários. Nesse sentido, os grandes eventos e as políticas habitacionais tornam-se parceiros nos negócios.

A história da habitação social brasileira do século XX mostra-nos que os setores imobiliário e da construção civil sempre cresceram de maneira atrelada e dependente das políticas públicas.¹ No período Vargas, em uma evidente aproximação dos interesses da classe média e da burguesia agrária

¹ Parte dos resultados da pesquisa *A habitação social brasileira e as estruturas informacionais da arquitetura, urbanismo e engenharia*, apoiada pelo PRPq/UFMG e pela Fapemig, coordenada pela Prof. Dra. Denise Morado Nascimento da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG).

não exportadora, o governo instaurou ações políticas direcionadas ao desenvolvimentismo e à industrialização do país. No que se refere à questão da moradia, as políticas, baseadas no tripé técnica-higiene-moral, reforçaram a ótica de “determinados segmentos da sociedade: aqueles que precisavam evitar a invasão de terrenos (proprietários de terra), assegurar o “ambiente higiênico” (Estado), controlar a “expansão da cidade” (capitalistas) e proteger “valores humanos” (Igreja)” (MORADO NASCIMENTO, BRAGA, 2009, p. 102). Na prática, a política habitacional, àquela época, permitiu a estabilização financeira dos prestadores de serviços imobiliários, dos construtores e dos escritórios de arquitetura e engenharia, todos estreitamente relacionados com o principal interveniente na questão habitacional, o Estado.

No período que se seguiu, até 1964, ano de criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a solução para a crise habitacional vigente, caracterizada pela ausência da ação estatal, dependia exclusivamente de investidores particulares vinculados às empresas de construção e aos incorporadores imobiliários, estimulados pela então possível verticalização (legislada pelo Estado) e pela produção periférica da moradia mínima, econômica e higiênica (preterida pelo Estado) (MORADO NASCIMENTO, BRAGA, 2009). Com o BNH, o investimento financeiro na produção habitacional foi acompanhado por incentivos dados às empresas privadas e à indústria da construção, o que os transformou em colaboradores na execução do plano habitacional, com claras metas dadas pelo governo de se aumentar o consumo da moradia e o trabalho das empreiteiras.

Os fatos acima brevemente expostos, mas já extensamente reconhecidos em inúmeros artigos acadêmicos, desvelam as semelhanças entre as circunstâncias políticas e econômicas ao que recentemente temos presenciado, especialmente as que justificaram a criação do PMCMV. Tais circunstâncias igualmente permeiam as ações estruturantes em vilas e favelas promovidas, nesse caso, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH), o Vila Viva.² Ainda que essas ações não comportem um programa habitacional res-

² O Vila Viva é um programa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que engloba obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer em áreas de favelas.

trito, inferimos que seus resultados assemelham-se integralmente aos da atual política habitacional federal: produção quantitativa de moradias no território urbano alinhavada às metas de produtividade de construtoras e esvaziada das questões socioespaciais historicamente debatidas pelos movimentos sociais, intelectuais e pesquisadores.

Nesse sentido, cabe aqui um breve relato. O jovem Daniel, morador de um apartamento de 3 quartos, sala, cozinha e banheiro, quando perguntado sobre a sua satisfação de estar morando em um apartamento do programa Vila Viva, Aglomerado da Serra, declarou-se feliz na medida em que conseguiu permanecer na favela com sua família, mesmo diante de todas as circunstâncias enfrentadas ao longo do processo de reassentamento. Daniel não hesita em também explicitar que era bem mais feliz quando morava com toda a família distribuída pela casa com vários cômodos e com quintal, autoconstruídos na chamada *área de risco*, argumento *per se* questionável, segundo Daniel. Estar na área de risco significava receber uma indenização, não necessariamente justa, e viver longe de suas origens, ou trocar sua casa por cinco apartamentos Vila Viva para a sua família. Assim, Daniel reconhece que morar no apartamento Vila Viva tornou-se a melhor escolha a ser feita àquela época, o que justifica seu contentamento.

Figura n. 1: Empreendimentos do Vila Viva e do PMCMV

Vila Viva – Aglomerado da Serra, Belo Horizonte



MCMV – Palmeiras II, Betim



Fonte: Grupo de pesquisa PRAXIS, 2013.

A mesma *satisfação* está presente entre os moradores de empreendimentos do PMCMV, em relatos coletados: “*não há o que reclamar*”, “*ficamos livre do aluguel*”, “*o apartamento é bom*”, “*agora estou em um lugar sequinho*”, “*estou livre das inundações*”, “*o apartamento é meu*”.³ Impressa ao meio do mesmo modelo genérico e repetitivo de blocos de quatro ou cinco pavimentos empilhados do Vila Viva, dessa vez perifericamente espalhados na franja urbana da RMBH, a satisfação com o MCMV torna invisível a segregação socioespacial imposta visto que não supera a felicidade dos moradores em ter finalmente alcançado o sonho da casa própria.

Embora seja evidente o bem-estar de Daniel e sua família com as novas moradias e, inegavelmente, há muitos outros moradores realizados com as proposições tanto do Vila Viva quanto do PMCMV, não podemos correr o risco de legitimar os procedimentos que envolvem o planejamento e a execução de tais programas.

³ Os dados apresentados aqui sobre o MCMV, quando não citada outra fonte, refere-se aos resultados parciais da pesquisa *Programa Minha Casa Minha Vida - estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte* (Edital MCTI/CNPq/MCIDADES), coordenada pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, Escola de Arquitetura da UFMG.

Ainda que tenhamos, por um lado, a satisfação individualizada de moradores em relação ao que recebem como *produto*, ou seja, o espaço privado da moradia, por outro lado, temos o aniquilamento das possibilidades tanto da convivialidade e da sociabilidade quanto do descontentamento e da resistência por parte desses mesmos moradores. Nesse sentido, os programas habitacionais tornam-se instrumentos da individualização do morador e da mercantilização da moradia, reduzindo a capacidade crítica de seus beneficiários em detrimento do que é comum e de todos.

Perguntamos, então, se a redução da dimensão pública das cidades, apresentada por Vainer, vincula-se apenas aos tempos recentes de cidade-exceção. Sendo a moradia elemento estruturante da cidade e as políticas habitacionais estruturadas pelo cenário político, social e econômico, iremos evidenciar que os pressupostos do PMCMV são parte da condição cotidiana que também acolhe os megaeventos, pressuposto anunciado por Maricato. Em seguida, números do PMCMV referentes à RMBH serão apresentados, vinculados aos números do déficit habitacional. Por fim, relacionamos a questão habitacional à realização da Copa 2014, no sentido de compreender em que medida o PMCMV ecoa em torno dos megaeventos e das meganegociações articulados pelos interesses de grandes empresas e de entidades, como a FIFA. Nosso universo de análise restringe-se à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O Déficit Habitacional

Na RMBH, o déficit habitacional é de 147.467 unidades, representando 8,7% do número de domicílios, segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (FURTADO, LIMA NETO, KRAUSE, 2013, p.14). O PMCMV, ao final de 2012, contabilizou a contratação de 21.332 unidades pelo FGTS (famílias com renda de 3 até 10 salários mínimos – faixas 2 e 3) e 11.208 unidades pelo FAR (famílias com renda de até 3 salários mínimos – faixa 1) na RMBH.⁴

⁴ Dados do Ministério das Cidades, dezembro/2012, repassados à pesquisa *Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Cidades da RMBH com contratos FGTS: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Itaguara, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sarzedo, Vespasiano. Cidades da RMBH com contratos FAR: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Igarapé, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Rio Acima, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Vespasiano.

Esses quantitativos iniciais já revelam a ineficiência do PMCMV no combate numérico do déficit habitacional, principal argumento dado pelo Governo Federal para a criação do programa. Os contratos PMCMV/FAR até 2012 representam uma insignificante redução do déficit habitacional na faixa 1, se considerarmos a estimativa nacional de que, em 2011, 70,6% inserem-se nesse estrato (FURTADO, LIMA NETO, KRAUSE, 2013, p.9). Uma outra avaliação, a ser mais aprofundada, é que pode haver uma tendência de produção excedente do PMCMV/FGTS, no que se refere ao déficit, já que a demanda seria menos expressiva.

Tabela n.1: Déficit habitacional e produção do PMCMV na RMBH

Déficit habitacional total (1)* em unidades	Número de domicílios(1)*	Déficit habitacional (1)** até 3 sm. por renda familiar	Déficit habitacional (1)*** até 3. sm. por renda domiciliar	Contratos PMCMV/FGTS (2) em unidades	Contratos PMCMV/FAR (2) em unidades
147.467	1.686.517	90% [132.720]	70,6% [104.111]	21.332	11.208

Base de dados: *Censo 2010; **Média nacional Fundação João Pinheiro 2011; ***Média nacional PNAD 2011.

Fonte:

- (1) FURTADO, LIMA NETO, KRAUSE, 2013
(2) Ministério das Cidades, 2012

Ainda que esses números possam se transformar, em razão dos novos contratos PMCMV em 2013-2014, parece claro que a produção FAR na RMBH precisa ser extremamente mais significativa se o objetivo é reduzir numericamente o déficit habitacional. Esse não atendimento à maior faixa do déficit habitacional tem marcado as políticas habitacionais brasileiras, por exemplo, nos 22 anos de existência do BNH: “92% dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram aplicados em benefício de famílias com rendi-

mento superior a cinco salários mínimos, enquanto 80% da população brasileira ganha abaixo disso”.⁵

Com a extinção do BNH, “a política habitacional em nível federal mostrou fragilidade institucional e descontinuidade administrativa, com reduzido grau de planejamento e baixa integração às outras políticas urbanas” (CARDOSO, ARAGÃO, ARAÚJO, 2011, p. 2). Em Belo Horizonte, no governo de Sérgio Ferrara (1986-88), 2.000 lotes foram urbanizados para a autoconstrução; no governo de Eduardo Azeredo (1990-1992), não se produziu nenhuma habitação de interesse social (SANTOS, 2006, p. 171). Durante a década de 1990, o governo de Patrus Ananias seguiu a tendência de algumas administrações locais, capacitando-se mais na urbanização de favelas e menos na produção de novos assentamentos.

Atualmente, o déficit habitacional estimado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (PLHIS, 2010, p. 244) está em torno de 72.000 unidades, sendo que as necessidades habitacionais estimadas para 2030 somam 285.764 domicílios.⁶ Contudo, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) considera o déficit habitacional em 62.000 unidades. Segundo o IPEA, 53,3% do déficit habitacional de Belo Horizonte concentram-se nas periferias, estimados em 68.925 unidades em 2010 (FURTADO, LIMA NETO, KRAUSE, 2013). Ainda que exista uma diferença numérica entre as estimativas – PLHIS, IPEA e Urbel – a concentração do déficit habitacional em BH na periferia da RMBH e na faixa de até 3 salários mínimos, principalmente identificada no componente ônus excessivo em aluguel (26.347 unidades pelo PLHIS e 26.310 unidades pelo IPEA), é inquestionável. Até dezembro de 2012, 3.215 unidades foram contratadas pelo PMCMV-faixa 1 em BH, representando 12 empreendimentos, sendo que 1.470 unidades foram entregues em agosto de 2013.

⁵ “Habitação popular: a distância entre a ação e a intenção”, Projeto, 1988, n. 110, p. 151-153 – artigo integrante da pesquisa *A habitação social brasileira e as estruturas informacionais da arquitetura, urbanismo e engenharia*.

⁶ Versão final do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, apresentada em reunião do Conselho Municipal de Habitação, em 14/07/2011 (p. 244).

Tabela n.2: Déficit habitacional e produção do PMCMV/FAR em Belo Horizonte

PLHIS 2010 (1) em unidades	IPEA 2010 (2) em unidades	Déficit habitacio- nal até 3 sm. por renda familiar *	Déficit 2030 (1) em unidades	Contratos PMCMV/ FAR (3) em unidades	Entregues PMCMV/ FAR (4) em unidades
72.043	68.925	64.838	285.764	3.215	1.470
* média nacional de 90%, segundo a Fundação João Pinheiro, aplicada sob a base PLHIS					
Fonte:					
(1) PLHIS, 2010					
(2) FURTADO, LIMA NETO, KRAUSE, 2013					
(3) Ministério das Cidades, 2012.					
(4) PMBH, em entrevista para a pesquisa <i>Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte</i>					

A situação revelada pelos números torna-se ainda mais complexa quando analisamos a metodologia usada pelo PLHIS para a composição do déficit, visto que não inclui, por exemplo, os moradores de todas as ocupações urbanas à época. O PLHIS (2010, p. 224) de Belo Horizonte definiu *ocupação organizada* como “assentamentos originados de ocupações em terrenos ou edificações de propriedade de terceiros, públicas ou privadas, por iniciativa de movimentos organizados, anteriormente a julho de 2009”, sendo, àquela época, apenas quatro assentamentos com 1.470 domicílios (PLHIS, 2010, p. 227). Hoje, esse universo refere-se a oito ocupações urbanas – Dandara (6.000 pessoas), Camilo Torres (600 pessoas), Irmã Dorothy (800 pessoas), Zilah Spósito e Rosa Leão (1.600 pessoas), Eliana Silva (1.200 pessoas), São Lucas/Cafezal (280 pessoas), sendo um total de 10.480 pessoas, representando aproximadamente 2.600 famílias – dados apresentados pela Urbel em debate na TV Câmara BH.⁷ Vale lembrar que esse número, ainda que não ofi-

⁷ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yplmF19AFDk&feature=share>>. Acesso em: set. 2013.

cial, parece ser bastante superior, sendo aumentado continuamente; somente na Ocupação Rosa Leão seriam mais de 1.500 famílias, segundo relatos de suas lideranças. O déficit habitacional para 2030, apresentada no PLHIS, considera apenas a projeção da demanda demográfica.

O debate sobre o déficit habitacional torna-se relevante em três aspectos. Primeiro, em razão de historicamente ter sido apenas quantitativamente elucidado, transformando a habitação social em um *problema* expresso em números e sempre acompanhado da perspectiva de uma *solução* igualmente expressa em números. O aumento do estoque de unidades novas a serem construídas, como proposto pelo PMCMV, tem sido exposto como solução à crise habitacional. Entretanto, essa perspectiva desconsidera que no país existe um estoque de 6.029.756 domicílios vagos; na RMBH, são 163.554 domicílios (NADALIN, BALBIM, 2011).

Em segundo lugar, a taxa de vacância indica um desperdício de moradia, mas também é parte da dinâmica do mercado imobiliário, sendo um componente importante em cidades que tenham o Produto Interno Bruto (PIB) superior à média nacional (NADALIN, BALBIM, 2011). Nas metrópoles mais ricas, há concentração do déficit habitacional, como a RMBH, e também relativamente mais domicílios vagos.

Tabela n.3: Déficit habitacional, domicílios vagos e PIB no Brasil e na RMBH, em 2000.

	Vagos/ déficit	Déficit habitacional básico	Total de domicílios vagos	População em 2000	PIB em 2003 (em mil R\$) população 2000
Brasil	102,37%	5.890.139	6.029.756	169.799.170	10.01151946
RMBH	157,19%	104.048	163.554	4.357.942	11.28301272

Fonte: NADALIN, BALBIM, 2011

Os números revelam não só a má distribuição das moradias, em razão da atuação dos agentes do mercado privado, mas, também, o baixo poder aquisitivo dos pobres no acesso ao estoque habitacional existente. Entre 2003 e 2010, “a quantidade de imóveis ofertados no município de Belo Horizonte, tanto no mercado de aluguéis quanto da comercialização, cai cerca de 50% (o que reflete um aumento na velocidade de vendas e redução do saldo dis-

ponível, e não uma queda no número de lançamentos)” (MAGALHÃES, TONUCCI FILHO, SILVA, 2011, p. 33). Entretanto, os bairros populares valorizaram-se mais intensamente no mesmo período, reduzindo ainda mais a oferta para a população de baixa renda na proximidade das centralidades. O programa Vila Viva, realizado em vilas e favelas de Belo Horizonte, igualmente contribui para a valorização imobiliária dos imóveis.

Terceiro, o déficit habitacional, se considerado argumento primeiro para a elaboração das políticas habitacionais, sempre apoiadas apenas na justificativa do crescimento populacional, oculta o entendimento de que a moradia é elemento estruturante da cidade ao mesmo tempo que é estruturada pela cidade, necessariamente imersa em seus dinâmicos processos sociais e políticos e continuamente transformada como plataforma das atividades econômicas. Ou seja, o déficit habitacional não deve ser um número congelado a ser superado; ao contrário, deve ser entendido como resultado da nossa formação socioeconômica.

Para além disso, as dificuldades em se determinar o déficit habitacional brasileiro têm sido historicamente imbricadas pelos números, conforme atestado em artigos de revistas do século XX:⁸

Nos anos 1960, o déficit habitacional foi mensurado em 1,2 milhão (‘Idéias e programas em favor da habitação econômica’, Habitat, 1956, n. 33, p. 34-38), passando por 3 milhões de casas (‘III Congresso Interamericano da Indústria de Construção’, Arquitetura e Engenharia, 1962, n. 64, p. 41-42), 5 milhões de unidades (‘Habitação popular’, Arquitetura IAB, 1963, n. 13, p. 42-44), chegando até 6 ou 7 milhões (‘Ainda a reforma habitacional’, Arquitetura IAB, 1964, n. 23, p. 2). [...] As revistas, da década de 80, apresentaram números sobre o déficit habitacional que vão de dez milhões de unidades (‘Saída para a crise habitacional?’, AU, 1987, n. 11, p. 81-84), passando por catorze milhões (‘Habitação para os anos 90?’, AU, 1990, n. 33, p. 58-77), até entre dez e quinze milhões (‘A casa: um direito de vida’, Módulo, 1982, n. 70, p. 20-27). (grifos nossos, MORADO NASCIMENTO, BRAGA, 2009).

Raramente o déficit habitacional foi colocado como decorrência da “incapacidade do capitalismo brasileiro de produzir e comercializar a ‘mercadoria

⁸ “Propostas do IAB/RJ – vinte anos depois”, Projeto, 1985, n. 75, p. 81-83) – artigo integrante da pesquisa *A habitação social brasileira e as estruturas informacionais da arquitetura, urbanismo e engenharia*.

casa' para quem não tem renda, nem trabalho, nem tampouco liberdade política de se impor".⁹

A Economia Habitacional

O PMCMV foi desenhado pela Casa Civil do governo Lula com 11 empresas do setor imobiliário (MARICATO, 2011, p. 63). Com o objetivo de ampliar a produção residencial no país, tem sido amplamente criticado, desde o seu lançamento em 2009, por ter excluído os debates historicamente construídos pelo corpo técnico e pelos docentes atuantes no Ministério das Cidades e nas universidades. O programa carrega *per se* o fracasso em não se implantar propostas resultantes do diálogo, até então contido pela ditadura, entre lideranças populares e sindicais, intelectuais, pesquisadores acadêmicos e ONGs.

As expectativas em relação às políticas habitacionais definidas pelo governo Lula, e posteriormente pelo governo Dilma, são justificáveis na medida em que se fortaleceram a partir da criação de novos marcos institucionais – Estatuto da Cidade (2001), Ministério das Cidades (2003), Política Nacional de Habitação e Conselho das Cidades (2004) –, todos em direção à retomada da política e do planejamento habitacional brasileiro. Com a elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do PMCMV: fase 1 (2009) e do PMCMV: fase 2 (2011), os investimentos na produção habitacional tiveram um aumento significativo, tornando-se destaque na agenda do Governo Federal.

Contudo, Maricato (2013, p. 55) relata que “havia uma proposta de política habitacional construída pelos movimentos sociais que deu origem ao FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), que se diferenciava bastante do MCMV: um sistema descentralizado de investimentos em habitação, representado por fundos e conselhos estaduais e municipais, que teriam autonomia para aplicação dos recursos repassados por meio do Fundo Nacional”. E continua, o grande avanço da proposta era “a sua diretriz maior de não desvincular a política habitacional da política fundiária ou urbana”.

O alinhamento dos objetivos da proposta habitacional com os interesses dos setores imobiliário e da construção civil tornou o PMCMV menos um

⁹ “Propostas do IAB/RJ – vinte anos depois”, Projeto, 1985, n.75, p. 81-83.

mecanismo de enfrentamento da questão da moradia, concatenada ao direito à cidade, e mais da produção quantitativa de casas, acalentada pelo sonho da casa própria. Segundo o IPEA, os empréstimos para a compra da casa própria cresceram cerca de 40% ao ano, desde 2009, impulsionados pelo PMCMV (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Os fatos revelam que se, por um lado, as demandas das instâncias representativas do movimento popular pela luta à moradia continuavam, de alguma maneira, presentes nos corredores do Ministério das Cidades, na outra ponta essas mesmas demandas foram sobrepostas pela pressão dos construtores, estocados em terras, e do mercado imobiliário, inserido na crise internacional de 2008, ambos à espera de medidas financeiras em prol do crescimento econômico pretendido.

Ensaio para a expansão do mercado imobiliário também já se faziam presentes, iniciado pela abertura de capital da Cyrela Brazil Realty em 2005. Maricato (2012, p.63) afirma que, em 2008, 25 empresas do setor imobiliário já haviam captado US\$ 20 bilhões, principalmente na Bolsa de São Paulo. Entretanto, no Brasil, as construtoras são extremamente dependentes dos financiamentos bancários e, por isso, sofreram consequências impostas pela crise como a redução das linhas de crédito imobiliário e o aumento da taxa de juros, inviabilizando o escoamento de sua produção. Essas volatilidade e sensibilidade da economia brasileira perante o mercado financeiro internacional eram justificadas em razão da integração ao processo de globalização econômica e financeira a partir dos anos 1990, o que justificava a significativa interdependência do país a economia mundial, “tanto em termos dos ciclos de prosperidade quanto em termos dos ciclos de recessão” (HADDAD, 2009).

De uma alta do PIB de 6,6% no acumulado em quatro trimestres até setembro de 2008, o Ministério do Planejamento anunciou a projeção para o crescimento do PIB do país em 2009 para 1%, em razão da crise econômica mundial (G1, 2009), gerando um sentimento de frustração na economia. Para sair da recessão anunciada, a aposta governista teve como principal foco a expansão do mercado interno. Nesse sentido, medidas como a diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística e o aumento de crédito para as empresas exportadoras foram adotadas.

O caráter econômico do PMCMV, nesse cenário, atrela-se ao fato de ter sido lançado para estimular o setor da construção civil no país, impactando fortemente o PIB brasileiro. O vice-presidente de Governo e Habitação da

Caixa, José Urbano Duarte, afirmou que “o programa fez com que a construção civil enxergasse um nicho de mercado e mantivesse o ritmo de expansão, evitando que a crise econômica mundial de 2008 afetasse o Brasil, como aconteceu no resto do mundo” (CAIXA, 2013).

“Independentemente do componente social do Minha Casa, Minha Vida, o programa foi uma das medidas de contenção da crise, e se mostrou eficiente. Em 2009, os empréstimos habitacionais cresceram 55%, o que estimulou fortemente a produção nacional”, informou o técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, Victor Leonardo de Araujo (AGÊNCIA BRASIL, 2011). Essa análise confirmou-se ao longo do tempo: o jornal *Valor Econômico* mostra que em 2012 o PMCMV gerou um impacto de cerca de 0,8% do PIB, permitindo a abertura de 1,4 milhão de empregos formais (ROCKMANN, 2013). A partir dos estímulos do governo, principalmente no que se refere ao *boom* imobiliário, associado ao PMCMV, mas também às grandes obras da Copa 2014, 20 empresas do setor da construção civil atualmente negociam seus papéis no pregão.¹⁰

Dois dos principais bancos do país são operadores do PMCMV: o Banco do Brasil (BB) e, essencialmente, a Caixa (também importante financiadora de projetos para a Copa 2014). A operacionalização dos programas habitacionais por instituições bancárias é prática conduzida pelo Governo Federal desde a extinção do BNH, àquela época bastante questionada. Ao se transferir as operações e funções, patrimônio e estrutura administrativa do BNH para uma instituição bancária – a Caixa, não houve qualquer avanço ou modificação na maneira de se conduzir a política habitacional (MORADO NASCIMENTO, BRAGA, 2009). Permaneceu o “mesmo padrão perverso de financiamento, a mesma centralização decisória na esfera federal, e a mesma vulnerabilidade das agências governamentais aos interesses privados ligados à Construção Civil e à Promoção Imobiliária” (FARIA, CASTRO, 1989, p. 16).

Tais críticas ampliam-se aos tempos atuais, na medida em que a centralização decisória e o uso clientelístico dos programas permanecem com as possibilidades inequívocas de captação de futuros clientes. As operações de crédito imobiliário da Caixa fecharam o primeiro trimestre de 2013 com o recorde de

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Constru%C3%A7%C3%A3o+Civil&idioma=pt-br>>. Acesso em > set. 2013.

R\$ 28,91 bilhões em contratações; esse desempenho aponta para a superação da previsão inicial de R\$ 126,5 bilhões em contratações para 2013, representando um acréscimo de 542,92% em relação a 2008 (CAIXA, 2013). Para José Urbano Duarte, existe margem para o PMCMV crescer muito mais: o crédito imobiliário equivale atualmente a 7,7% do PIB brasileiro, sendo que no Reino Unido, por exemplo, essa correspondência é de 84% (SECOVI, 2013).

O vice-presidente de Habitação Econômica do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), Flávio Prando, chamou atenção para “a importância de que o MCMV seja efetivamente um programa de Estado, e não apenas uma política habitacional desenvolvida pelo governo de turno” (SECOVI, 2013). Nesse bojo, há uma parceria necessária entre Caixa e prefeituras, permeadas pelo relacionamento com construtoras e incorporadoras imobiliárias, no sentido de troca de interesses, esvaziando amplamente as possibilidades de se ouvir as demandas históricas dos movimentos sociais.

Copa e PMCMV

De acordo com a Matriz de Responsabilidades assinada entre a União, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 13/01/2010, compete ao município executar e custear as intervenções associadas às “competições”, referente à mobilidade urbana, estádios e seu entorno, entorno de aeroportos, entorno de terminais turísticos portuários (PORTAL DA COPA, 2013).

Todas as desapropriações para a realização das obras da Copa 2014, em Belo Horizonte, estão previstas nos anexos da mobilidade urbana, como segue:

Tabela n.4: Obras da Copa 2014, em Belo Horizonte			
Obras	Valor assinado em 01/2010 milhões em R\$ (1)	Valor alterado em 11/2012 milhões em R\$ (2)	Balanco 12/2012
BRT Antônio Carlos/ Pedro I	300	200 (recurso municipal)	desapropriados 239 imóveis de 322 e reassentadas 88 famílias até nov/12

Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antônio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado		7,5 (recurso municipal)	sem informação
BRT Pedro II/Carlos Luz	82		sem informação
Via 210 (ligação Via Minério/Teresa Cristina)	22,8	8,2 (recurso municipal) + 24,8 (recurso estadual)	foram desapropriados 59 de 111 imóveis e reassentadas todas as 13 famílias previstas. Considerando as indenizações ajuizadas (antes computadas como reassentamentos) o total de imóveis atinge 155.
Via 710 (Andradas/Cristiano Machado)	75,2	23,5 (recurso municipal) + 70,5 (recurso estadual)	desapropriação em fase de avaliação do valor dos imóveis: prevista a desapropriação de 318 imóveis e reassentamento de 271 famílias.
Fonte: Portal da Copa – Governo Federal Brasileiro, 2013.			
(1) http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/mg/matrizResponsabilidade.pdf			
(2) http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12272012_balanco_belo Horizonte.pdf			

Não há indicação, nesses documentos, de informações precisas sobre o destino das famílias reassentadas ou indenizadas. A desinformação em relação aos processos de remoções tem-se revelado como condição a alimentar a violação do direito à moradia, e, ao fim, a violação aos direitos humanos.

É situação recorrente que muitas famílias residentes em imóveis sujeitos à remoção em decorrência da preparação das cidades para os jogos da Copa do Mundo de 2014 fiquem sabendo que terão suas casas

demolidas através de notícias de jornal, de observação das mudanças e obras que se iniciam nos arredores de suas casas ou quando são informalmente abordadas por agentes da Prefeitura negaceando suas verdadeiras tarefas, e não através do Poder Público diretamente (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2013, p. 19).

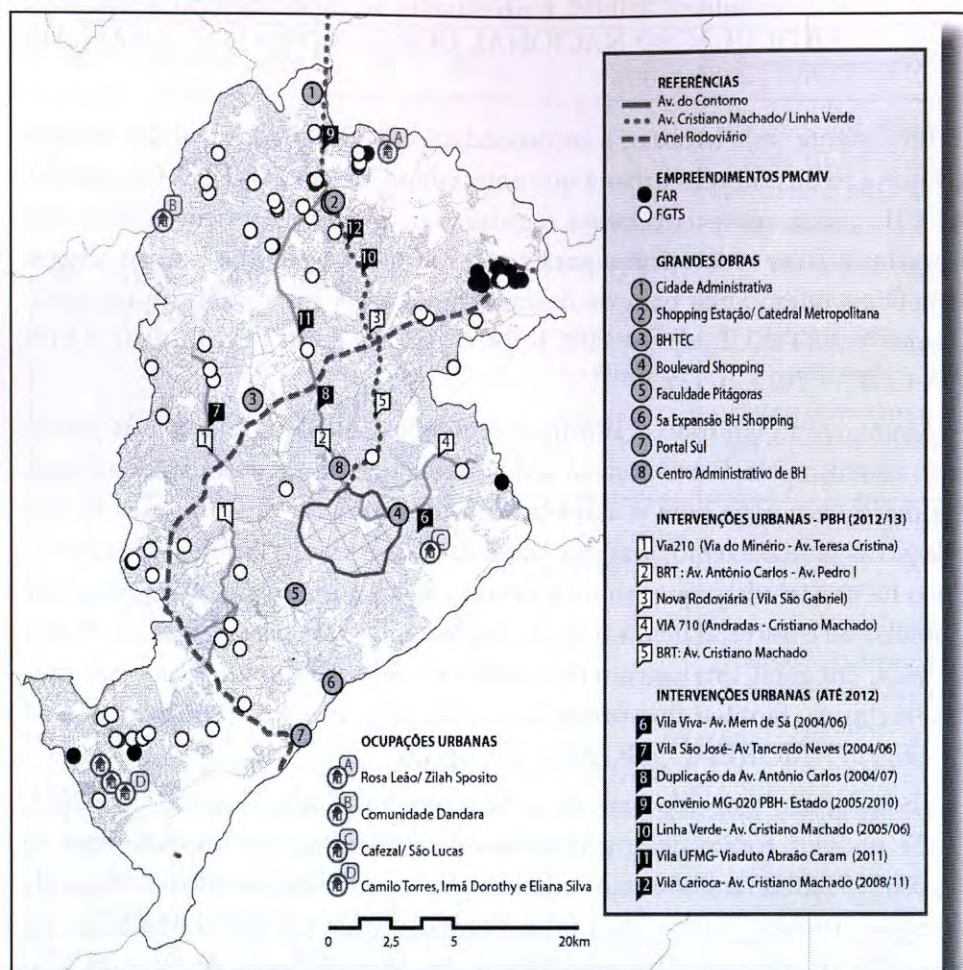
Igualmente, vale lembrar, a recomendação da ONU ao Brasil de “assegurar que a reestruturação urbana que antecede a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 sejam apropriadamente reguladas para evitar remoções e despejos forçados e fazer todo esforço para assegurar que os eventos futuros tragam benefícios duradouros para os moradores urbanos mais pobres e marginalizados” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2013, p. 17).

Assim, como em todo o Brasil, as remoções em BH atrelam-se às justificativas dadas pelo Estado em prol do favorecimento da mobilidade urbana, condição necessária para o assentamento dos grandes projetos viários. Em relação às famílias removidas por causa das obras viárias em Belo Horizonte, “não há um estudo sequer sobre o destino delas, a reinserção no mercado de trabalho ou como elas lidam com os desafios impostos pelas novas condições de vida, em geral, em locais muito distantes de onde moraram por décadas. Há, inclusive, famílias que foram desapropriadas, mas voltaram para o local de origem” (MORENO, BRAGA, 2013, p. 16).

Todavia, não tem sido privilégio do momento Copa. Entre 2004 e 2011, 5.427 imóveis foram desapropriados ou removidos, em um universo de R\$ 52.815.328,33 milhões em indenizações, todos relacionados às obras da Avenida Antônio Carlos, da Linha Verde/Avenida Cristiano Machado, da MG-020, da Avenida Tancredo Neves, da Avenida Mem de Sá e do Viaduto Abrãao Caram. A partir de 2012, outras 1.167 desapropriações foram realizadas, em função da construção da nova rodoviária, das vias 210 e 710 e mudanças nas Avenidas Pedro I e Vilarinho (MORENO, BRAGA, 2013, p. 14-17).

Em um país *rodoviarista*, que privilegia o uso do veículo particular como seu principal meio de transporte, amplos investimentos nas malhas viárias têm sido feitos ao longo da história em detrimento das possibilidades da eficiência do transporte coletivo.

Figura n. 2: Empreendimentos contratados PMCMV (dez. 2012), grandes obras e intervenções urbanas, em Belo Horizonte



Fonte: Grupo de pesquisa PRAXIS, 2013; MORENO, BRAGA, 2013; dados da pesquisa *Programa Minha Casa Minha Vida - estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*.

No âmbito do Governo Federal atual, o programa de estímulo à indústria automotiva tem como um dos principais objetivos manter a oferta de emprego e, conseqüentemente, acelerar a competitividade e o crescimento do setor, recuado que estava em função da crise internacional de 2008. De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, “entre 2012 a 2015, os programas de

investimento do setor no Brasil estão na ordem R\$ 22 bilhões e isso só vai ocorrer se o mercado de veículos continuar crescendo” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012). Por um lado, o governo tem-se comprometido com a redução do IPI, e, por outro lado, a indústria tem garantido a não demitir funcionários, aumentar o nível de emprego e manter os programas de investimentos.

Desde o governo Vargas, a política de fomento à indústria automobilística faz-se presente, com o objetivo de não apenas integrar mercados, mas de implementar um programa nacional de investimento do capital. A opção rodoviária, àquela época, transferia, aos capitais privados, um papel de protagonismo que a opção ferroviária não possibilitava. No governo Juscelino Kubitschek, “a indústria automobilística era vista também como indutora de desenvolvimento, por seus efeitos-cascata sobre outros setores industriais e de serviços, assim como instrumento de integração dos mercados regionais.” (LIMONCIC, 2000, p. 16).

O caos urbano atual acolhe as conseqüências referentes às políticas adotadas ao longo da história automotiva, colocando a mobilidade urbana como tema prioritário nos debates sobre as cidades brasileiras, justificando remoções e alimentando o déficit habitacional. O total de veículos no país mais que dobrou nos últimos dez anos e atingiu 64,8 milhões em dezembro de 2010, segundo levantamento do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran (MOREIRA, 2011).

Sem surpresas, em razão da Copa 2014, os investimentos de mobilidade urbana em Belo Horizonte são expressivos, estimados em R\$ 1,405 bilhão, segundo o Portal da Copa:

Tabela n.5: Distribuição de recursos dos investimentos para a Copa 2014, em Belo Horizonte (Novembro 2012)

	Estádio em milhões	Mobilidade urbana em milhões	Aeroportos em milhões	Total em milhões
Financiamento federal	400	1,023		1,423
Orçamento federal			509	509
Recursos locais	295	382		677

Fonte: Portal da Copa, 2012.

De um total de R\$ 2,609 bilhões dos investimentos destinados à Copa de 2014 em BH, R\$ 677 milhões são de recursos municipais. Em comparação aos investimentos em habitação, foram orçados de 2011 a 2013, R\$ 1,191 bilhão, sendo R\$ 243 milhões em recursos da PMBH; no entanto, apenas R\$ 569 milhões para habitação foram gastos até junho 2013.

Nesse cenário, a diretora de Planejamento da Urbel, Maria Cristina Fonseca, estima que R\$ 11 bilhões seriam necessários para sanar o déficit de 62 mil moradias (MIRANDA, CÂMARA, 2013).

Tabela n.6: Investimentos em habitação, em Belo Horizonte

Total orçado em milhões (Fundo Municipal de Habitação)			Total gasto em milhões	Moradias cons- truídas
2011	2012	2013	Até Jun. 2013	2009-2013
443	356	392	569	1.434 (OPH)
				715 (reassenta- mentos)
				353 (Vila Viva e Drenurbs)
				1.470 (PMCMV)

Fonte: (MIRANDA, CÂMARA, 2013).

A crise habitacional vivida em Belo Horizonte, assentada em uma plataforma de cidade alimentada pelo poder econômico, atrelado ao mercado imobiliário e seus agentes, aos eventos privatizados das grandes empresas e aos projetos rodoviaristas impostos pela indústria automobilística, está diretamente relacionada às políticas públicas urbanas desenhadas pelos governos federais, estaduais e municipais ao longo da história do país, na medida em que esses têm compartilhado os mesmos interesses e metas dos agentes e das instituições, todos embalados pelo modelo desenvolvimentista urbano.

A consequência desse modelo torna o PMCMV parte da cidade-negócio, confirmada como condição cotidiana, portanto, histórica, de produção de cidade. Segundo o Ministério das Cidades, o PMCMV fomentará, na média anual, negócios da ordem de R\$ 13,6 bilhões nos mercados de materiais e

serviços voltados à construção, não deixando dúvidas sobre o impacto econômico do PMCMV no contexto nacional, como segue:¹¹

Tabela n.7: Emprego, renda e vendas gerados pelo PMCMV, no Brasil

	2009	2010	2011	2012
Empregos diretos e indiretos (pessoas)	158.696	804.180	1.108.202	1.384.711
Renda direta e indireta (R\$ milhão)	3.957,43	20.053,91	27.635,35	34.530,69
Compras de materiais e serviços (R\$ milhão)	2.490,73	12.621,53	17.393,13	21.732,91

Fonte: Ministério das Cidades, Março 2013.

Igualmente, não há dúvidas sobre ganhos para proprietários, incorporadores e construtores no que se refere ao escoamento da produção em terrenos, até então estocados, bem como na aquisição de novos terrenos, além da aproximação do mercado imobiliário e do setor da construção civil com o capital financeiro por meio da abertura de capital na bolsa de valores.

Em suma, a Copa 2014 alimenta o processo desenvolvimentista urbano na medida em que interfere na dinâmica imobiliária e no crescimento econômico das cidades, tendo como principal característica a exclusão socioespacial, invisível aos que se beneficiam das políticas habitacionais. No Brasil, a estimativa é de que sejam mais de 200 mil pessoas ameaçadas de remoção durante a implementação dos projetos relacionados com a Copa 2014, todos justificados pelos interesses das empreiteiras e do mercado imobiliário, acalentados e assegurados pelo PMCMV.

Todavia, em nada, a Copa 2014 assegura benefícios concretos na melhoria de qualidade de vida da população, essencialmente para a parcela representativa do déficit habitacional. Em meio a um amplo conjunto de desinfor-

¹¹ Dados apresentados em reunião dos integrantes da pesquisa *Programa Minha Casa Minha Vida – Edital CNPq* com a equipe do Ministério das Cidades, março 2013.

mação, as obras relacionadas à mobilidade urbana pouco contribuem para o melhor acesso das famílias do PMCMV/FAR ao direito à cidade, já que essas encontram-se em áreas periféricas, conforme mostra o mapeamento em Belo Horizonte (figura n.2).

Encontram-se, assim, as justificativas para o aumento significativo de ocupações organizadas, periféricamente situadas na cidade (figura n. 2). O fracasso dos governos no enfrentamento do déficit habitacional está relacionado em razão tanto da valorização da terra urbana quanto da insuficiente quantidade de moradias produzidas para famílias de até 3 salários mínimos de renda, resultados de suas próprias políticas urbanas.

Em razão das características da produção do espaço urbano, historicamente construídas, e, atualmente, resultantes da parceria entre as grandes obras dos megaeventos, como a Copa 2014, e das políticas habitacionais, como o PMCMV, o território reconfigura-se de maneira contínua mas também fragmentada em áreas urbanas valorizadas e em áreas periféricas urbanamente esfaceladas. De maneira mais abrangente, a Copa 2014, associada ao PMCMV, fere o direito à moradia e à cidade visto que, tendo lugar na cidade-negócio, aumentam o valor da terra urbana, expulsam as famílias pobres das centralidades, reduzem o acesso de famílias pobres às oportunidades de trabalho e de consumo e aos equipamentos de saúde, cultura, educação e lazer de qualidade, além de aniquilar o uso público dos espaços.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Ipea: crédito concedido por bancos públicos subiu 30% após 2008*. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201108102110_ABR_80029636>. Acesso em: set. 2013.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. 2. ed. 2013. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/06/Dossie_Megaeventos_ViolacoesdeDireitos2012.pdf>. Acesso em: set. 2013.

CAIXA. *Caixa registra recorde de contratações no crédito imobiliário no 1º, Tri/2013*. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=7012798>. Acesso em: set. 2013.

CARDOSO, A. L., ARAGÃO, T. A., ARAÚJO, F. de S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. ANPUR, XIV, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011, p.1-21.

FARIA, V. E.; CASTRO, M. H. G. de. *Política social e consolidação democrática no Brasil* (Cadernos n. 11). Campinas: NEPP/Unicamp, 1989.

FURTADO, B. A.; LIMA NETO, V. C.; KRAUSE, C. *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010) – nota técnica*. Brasília: IPEA, 2013.

G1. Planejamento reduz projeção do PIB para 1% em 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1161568-9356,00-PLANEJAMENTO+REDUZ+PROJECAO+DO+PIB+PARA+EM.html>. Acesso em: set. 2013.

HADDAD, P. R. A economia brasileira ? 1929 e 2009. *O Estadão*, São Paulo, 10 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-economia-brasileira-1929-e-2009,336108,0.htm>> Acesso em: set. 2013.

LIMONCIC, F. *A insustentável civilização do automóvel: a indústria automotiva brasileira em tempos de reestruturação produtiva*. São Paulo: FASE, 2000.

MAGALHÃES, F. N. C., TONUCCI FILHO, J. B. M., SILVA, H. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J. G. de, COSTA, H. S. de M. *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 2011. p. 17-40.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2011.

MARICATO, E. *Copa: Paixão, Negócio e Esporte*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Ctadh7ehMQo>>. Acesso em: set. 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Programa de estímulo a indústria automobilística é muito bem sucedido, diz Mantega*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/audio/2012/julho/a310712b.asp>> Acesso em: set. 2013.

MIRANDA, B., CÂMARA, L. Investimento para sanar déficit habitacional é de R\$ 11 bilhões 2013. *O Tempo*, Belo Horizonte, 6 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/investimento-para-sanar-d%C3%A9ficit-habitacional-%C3%A9-de-r-11-bilh%C3%B5es-1.692207>>. Acesso em: set. 2013.

MORADO NASCIMENTO, D.; BRAGA, R. C. de Q. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? *Risco*, 9, p. 98-109, 2009.

MORENO, B., BRAGA, Futuro de incertezas para desapropriados. *Hoje Em Dia*, Belo Horizonte, 19/08/2013, p.14-17.

MOREIRA, A. *Frota de veículos cresce 119% em dez anos no Brasil, aponta Denatran*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2011/02/frota-de-veiculos-cresce-119-em-dez-anos-no-brasil-aponta-denatran.html>>. Acesso em: set. 2013.

NADALIN, V.G.; BALBIM, R. Padrões espaciais da vacância residencial brasileira. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, I, 2011, Brasília. *Anais...* Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo6.pdf>> Acesso em: set. 2013.

PORTAL DA COPA. *Matriz de Responsabilidades*. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/mg/matrizResponsabilidade.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

ROCKMANN, R. *Minha Casa Minha Vida gera impacto de 0,8% no PIB*. 2013. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/valor-economico-minha-casa-minha-vida-gera-impacto-de-08-no-pib/>>. Acesso em: set. 2013.

SANTOS, C. de S. *A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SECOVI. *Minha Casa, Minha Vida deve ser perenizado*. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/noticias/minha-casa-minha-vida-deve-ser-perenizado/6838/>>. Acesso em: set. 2013.

VAINER, C. *Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos*. Disponível em: <<http://blog-dabotempo.com.br/2013/09/02/mega-eventos-mega-negocios-mega-protestos/>>. Acesso em: set. 2013.